



Pelo direto à luta e resistência: contra a militarização da vida, da política e da polícia

“A propósito disto que se chama luta
Paira a ternura e a vontade de não ceder.
De compreender os inúmeros
sinais mesmo diante das tormentas
E esperar florescer gerânios outonais em
cada casa”

Nós, delegadas/os, observadoras/es e convidadas/os reunidas/os no Rio de Janeiro (RJ), no período de 4 a 7 de setembro de 2015, no 44º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, representando a categoria de assistentes sociais do Brasil, reafirmamos publicamente a importância da luta contra todas as violações praticadas pelos agentes do Estado que, por meio de ações violentas e sangrentas de seus aparelhos ideológicos e repressores, invadem favelas, reprimem movimentos sociais e exterminam a população negra e pobre.

Reiteramos nosso compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos humanos e da recusa do arbítrio e do autoritarismo neste momento histórico, de crise mundial do capital e de ofensiva conservadora.

A crise internacional do capital recai sobre a classe trabalhadora e tem se constituído pela apropriação privada do fundo público; pelo desmonte dos direitos sociais conquistados historicamente; pela repressão às trabalhadoras e aos trabalhadores e aos movimentos de resistência. No Brasil, a repercussão dessa crise tem ganhado contornos dramáticos. A formação sócio-histórica brasileira foi caracterizada por um desenvolvimento urbano-industrial que se configurou sob a égide do controle e coerção da classe trabalhadora, tendo inclusive sido marcada por longos períodos ditatoriais. As práticas autoritárias e arbitrarias desses períodos se difundiram enquanto ideologia dominante que naturalizava a violência institucional. Tal herança foi e é duramente combatida pelos movimentos sociais desde o processo de redemocratização no país.

Atualmente, as trabalhadoras e os trabalhadores no Brasil vivenciam a intensificação da ofensiva neoliberal, com a retirada dos seus direitos sociais duramente conquistados e com o incitamento a todas as formas de intolerância e preconceito. As respostas às expressões da questão social têm configurado o recrudescimento dos meios de controle e repressão do Estado, com a militarização da vida, da política e da polícia, cuja repercussão tem se manifestado especialmente sob os setores mais expropriados e oprimidos, numa clara criminalização e encarceramento da pobreza e dos movimentos sociais organizados, críticos à ordem do capital.

O cenário contemporâneo apresenta inúmeras situações de criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e da vida, expressas na aprovação pela Câmara Federal, da proposta de emenda à Constituição 171/93, que trata da redução da maioria penal;



da aprovação do projeto de lei antiterrorismo; do projeto de lei denominado “Estatuto da Família”; no recente genocídio de 19 pessoas na cidade de Osasco (SP); no assassinato do trabalhador Amarildo Dias de Souza (RJ); na violação da identidade de gênero da travesti Verônica Bolina (SP); no extermínio, pela polícia, de 13 jovens negros na comunidade do Cabula (BA); no massacre dos/as servidores/as públicos/as do estado do Paraná em 29 de abril de 2015; o extermínio do líder camponês Raimundo dos Santos Rodrigues, membro do Conselho de Reserva Ambiental do Gurupi (MA), por madeireiros; o assassinato da líder comunitária Maria das Dores Priante, na luta pela terra (AM); a ação violenta do governo de MT com força policial, para cumprir mandado de despejo de trabalhadores/as assentados/as no Ten Cat e nas recentes imagens e noticiamentos da questão de refugiadas/os no continente europeu, o que incidiu na morte de Aylan Kurdi, uma das inúmeras vítimas do atual massacre na Síria, dentre tantas outras situações.

Essas são demonstrações da ofensiva neoliberal, que imprime ações genocidas do Estado contra negras e negros, indígenas, ciganos e ciganas e pobres; contra a liberdade de expressão sexual e da livre identidade de gênero e na repressão cotidiana às periferias e aos movimentos sociais. Destaca-se o papel coercitivo estatal, com políticas higienistas e fortalecedoras das polícias, como forma de controle e legitimação das ações de caráter militarista e judicializantes, que impactam em todos os campos da sociedade civil.

Assim, o recrudescimento da lógica penal constitui-se como solução conservadora e falaciosa de enfrentamento às expressões da questão social, camuflando a crise estrutural do sistema punitivo e impondo o desafio de luta para ampliação e garantia de direitos, para além da ordem do capital.

O nosso exercício profissional está relacionado de forma inseparável a esse conjunto de fenômenos. As múltiplas expressões da questão social precisam ser compreendidas em sua totalidade, orientando uma intervenção crítica e alinhada aos compromissos históricos firmados pelo Serviço Social com os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, os processos de criminalização da pobreza não podem ser reforçados por ações profissionais que culpabilizem e violem direitos de usuárias e usuários.

Não existe exercício profissional neutro. O nosso projeto ético-político aponta claramente para a transformação da atual sociedade. Cabe a nós, assistentes sociais, atuar no sentido da construção de um mundo onde sejamos, como disse Rosa Luxemburgo, “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

“A propósito disto que se chama liberdade
Paira o brilho nos olhos de cada ser humano.
A vontade e a força dos expropriados de virar a página e dizer não
mesmo que para isso seja necessária a revolução”
(daniela castilho)

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 2015.